

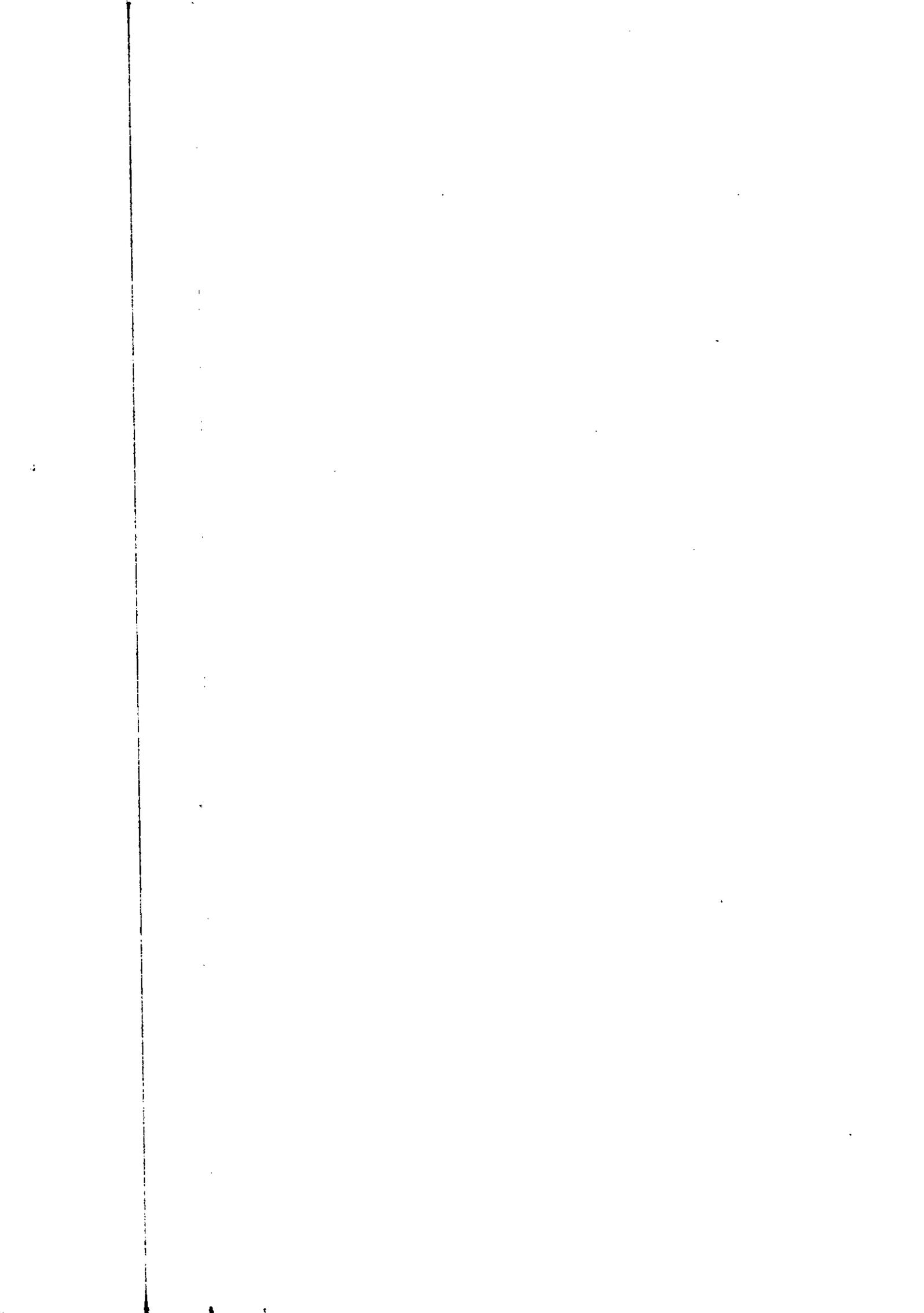


Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região
Serviço de Comunicação Social

CERTIDÃO

Após várias reuniões e desenvolvimento de pesquisa de campo, a Comissão Permanente da Justiça do Trabalho, sob a coordenação do vice-presidente e coordenador do Projeto Memória, desembargador Gerson de Oliveira Costa Filho, conseguiu reunir documentos e bens materiais para a instalação do Memorial da Justiça do Trabalho do Maranhão. A inauguração aconteceu no dia 28 de maio de 2007, como parte das comemorações dos 18 Anos do Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão, pela então presidente desembargadora Kátia Magalhães Arruda. Na ocasião foi lançada a segunda edição da revista TRT Memória e inaugurado o Centro de Memória e Cultura da Justiça do Trabalho no Maranhão.
São Luís (MA), 29 de maio de 2007.

Edvânia Kátia Soares
Edvânia Kátia Soares
Chefe de Serv. De Comunicação
TRT 16ª REGIÃO



Antes de 1989, quando foi instalado o TRT-MA, o Maranhão estava sob a jurisdição do TRT do Ceará e, bem antes, era um ramo administrativo do serviço público federal, ligado ao antigo Ministério da Indústria e do Comércio, transformando-se mais tarde em Justiça do Trabalho, passando a integrar o Poder Judiciário, com a Constituição Federal de 1946.

O primeiro processo trabalhista de que se tem notícia no Maranhão, e que foi resgatado pelo Projeto Memória, é de outubro de 1939. Trata-se de uma reclamação proposta pelo Sindicato de Operários Metalúrgicos de São Luís em favor do maquinista da Fábrica Albertina, Fabrício Martiniano dos Santos, contra a firma Chames Aboud e Cia. No processo, o operário, então demitido, reclamava pagamento de férias e de 886 horas de serviços extraordinários. Dois anos depois, a ação foi julgada, e o pedido considerado procedente em parte, pois a Justiça considerou apenas o direito ao pagamento das férias.

A comissão fez levantamento de fontes orais e de documentos históricos, no Maranhão e no TRT do Ceará, ouvindo ex-magistrados e antigos servidores, além de pesquisas em bibliotecas e arquivos públicos. Na Biblioteca Pública Benedito Leite, em São Luís, foram encontrados exemplares antigos de jornais locais. O extinto O Globo, edição de maio de 1941, traz uma reportagem sobre a posse do primeiro juiz trabalhista do Maranhão, César Pires Chaves, na 1ª Junta de Conciliação e Julgamento, na rua Osvaldo Cruz, no mesmo prédio da Delegacia Regional do Trabalho.

CONCURSO

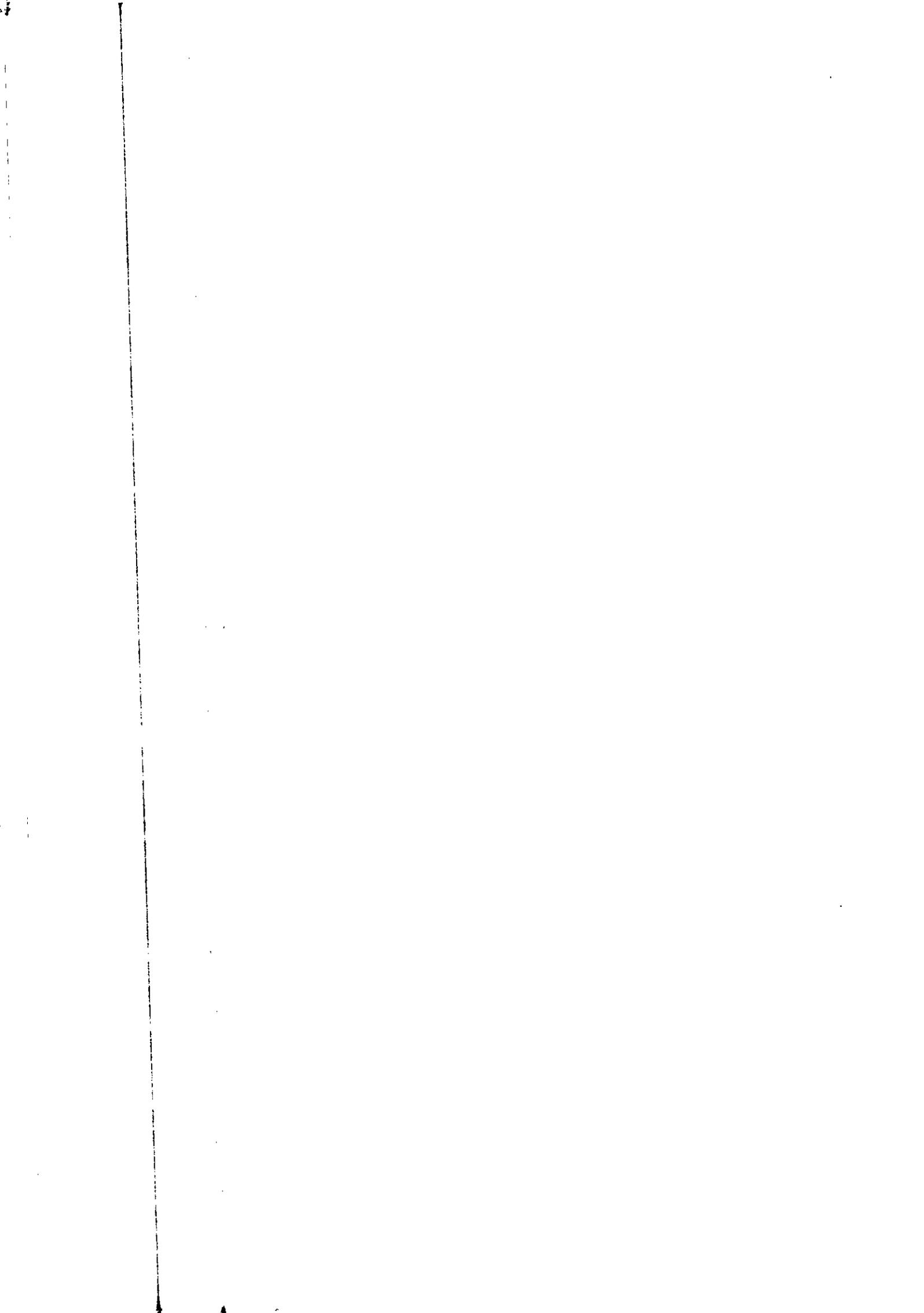
Para estimular pesquisas que contribuam para o resgate da história da JT no estado, o Tribunal está realizando o II Concurso de Monografia, com premiações de R\$ 4 mil, R\$ 3 mil e R\$ 2 mil para o primeiro, segundo e terceiro lugares, respectivamente.

O concurso é destinado a universitários de cursos das áreas de ciências humanas e sociais de instituições de ensino superior do Maranhão e a profissionais (bacharelado e licenciatura) com até três anos de graduados. As inscrições são gratuitas. A entrega de monografias foi iniciada ontem e prosseguirá até 16 de maio deste ano. Para obter o regulamento do concurso e se inscrever, basta acessar o site www.trt16.gov.br.

O formulário de inscrição preenchido e a monografia devem ser entregues pessoalmente ou via Correios, no Serviço de Comunicação do TRT (avenida Senador Vitorino Freire, nº 2001, 5º andar, Areinha, CEP: 65010-650, São Luís-MA). O candidato deve optar por um dos temas: A História da Justiça do Trabalho no Maranhão ou Poder Judiciário e Responsabilidade Social. Outras informações podem ser obtidas pelos telefones 3218-9307 e 3221-1967.

A presidente do TRT-MA, desembargadora Kátia Magalhães Arruda, explica que o concurso, que homenageia o Juiz Manuel Alfredo Martins e Rocha (in memoriam), é um incentivo da instituição aos estudantes e pesquisadores para o desenvolvimento de trabalhos acadêmicos que possam contribuir para aprofundar o conhecimento sobre os temas propostos. Também ajudará no resgate e preservação da história da Justiça do Trabalho no Maranhão.

Jornal O Estado do Maranhão
Caderno Alternativo
17.04.2007



Tribunal Regional do Trabalho

Serviço de Comunicação

Av. Senador Vitorino Freire, 2001

Areinha - São Luís (MA)

Telefone: (098) 2109-93 07

E-mail: ascom@trt16.gov.br



<http://www.trt16.jus.br/site/index.php?noticia=1835>

Memória e cultura à mostra

Ter, 17 de Abril de 2007 07h56min



Centro de Memória e Cultura

Centro de Memória e Cultura será instalado no prédio da Justiça do Trabalho, tombado pelo Patrimônio Histórico, na praça Deodoro

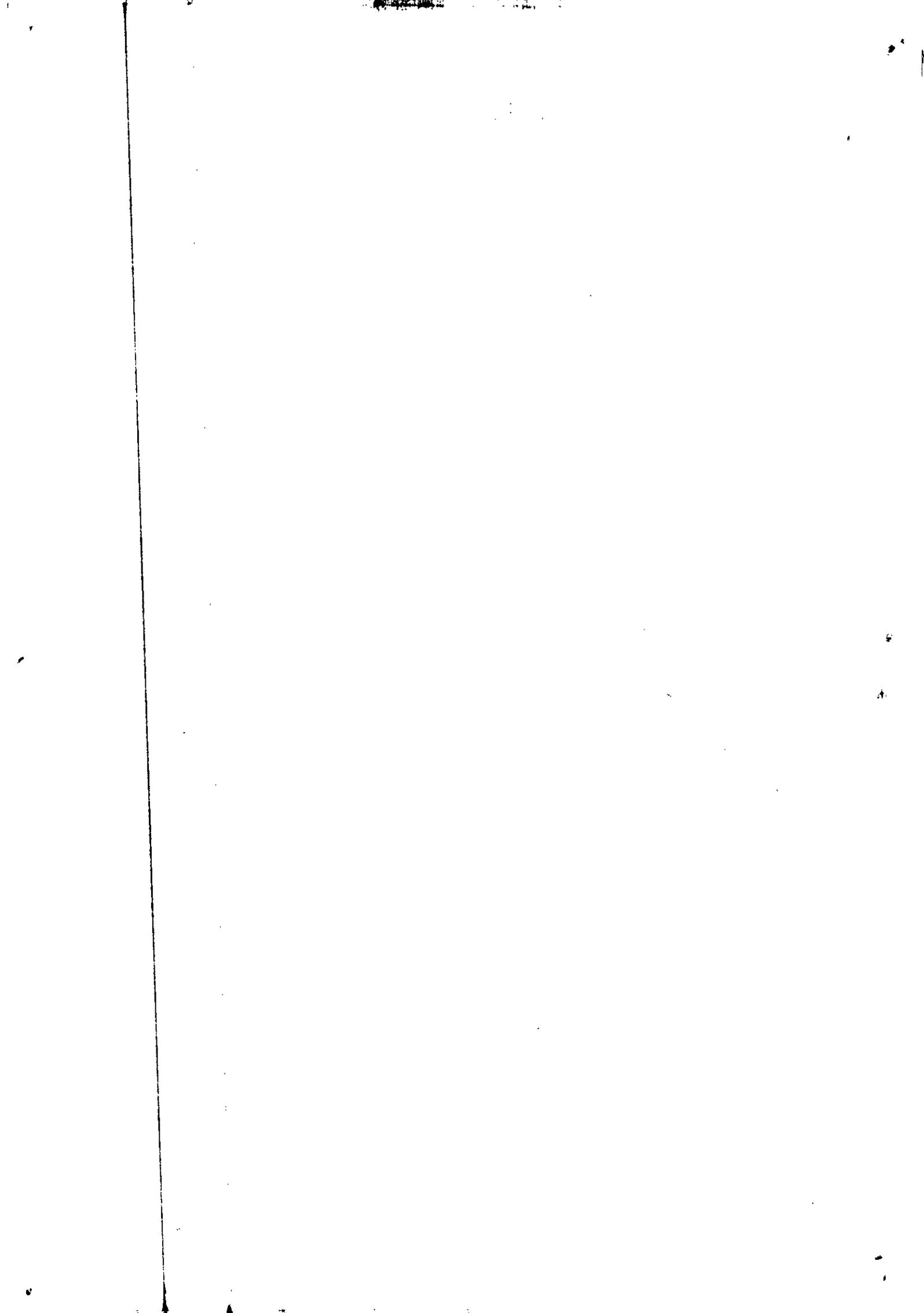
A Justiça do Trabalho no Maranhão (JT) ganhará um Centro de Memória e Cultura, previsto para ser lançado mês que vem, quando o Tribunal Regional do Trabalho (TRT - MA) completará 18 anos. No local, serão expostos documentos, fotografias, móveis antigos, indumentárias e outros objetos históricos. Funcionará também como espaço para exposições temporárias, mostras itinerantes, palestras e lançamentos de livros.

Inicialmente, o espaço será instalado na sede do TRT, na Areinha. Depois, ocupará o imóvel tombado pelo Patrimônio Histórico, onde funcionou por vários anos as antigas Juntas de Conciliação e Julgamento, na rua de Santaninha nº 936, Praça Deodoro. O imóvel foi adquirido pelo TRT-CE em 1973. O local ficará aberto ao público para visitação.

A proposta de criação de um Centro de Memória e Cultura surgiu em 2004, com a instituição da Comissão Permanente do Projeto Memória da Justiça do Trabalho, recomposta ano passado e que tem como presidente o corregedor e vice-presidente do TRT, desembargador Gerson de Oliveira Costa Filho. O magistrado esclarece que a comissão é responsável pela coleta, tratamento, organização e classificação do acervo documental do Centro de Memória. É composta por servidores com formação nas áreas de História, Jornalismo, Biblioteconomia, Serviço Social e Letras, especialistas em gestão documental, consultoria organizacional e com experiência em docência universitária.

O doutorando em Políticas Públicas e um dos coordenadores da comissão, Paulo Rios, diz que ao criar o Centro, o TRT procura preservar a memória trabalhista no Maranhão. "Além de ser a história do Poder Judiciário é também a de milhares de trabalhadores que, ao longo desses quase 68 anos de Justiça do Trabalho no Estado, ingressaram com ações trabalhistas", acrescenta.

PROCESSOS



Memória e cultura à mostra

A Justiça do Trabalho no Maranhão (JT) ganhará um Centro de Memória e Cultura, previsto para ser lançado mês que vem, quando o Tribunal Regional do Trabalho (TRT - MA) completará 18 anos. No local, serão expostos documentos, fotografias, móveis antigos, indumentárias e outros objetos históricos. Funcionará também como espaço para exposições temporárias, mostras itinerantes, palestras e lançamentos de livros.

Inicialmente, o espaço será instalado na sede do TRT, na Areinha. Depois, ocupará o imóvel tombado pelo Patrimônio Histórico, onde funcionou por vários anos as antigas Juntas de Conciliação e Julgamento, na rua de Santaninha nº 936, Praça Deodoro. O imóvel foi adquirido pelo TRT-CE em 1973. O local ficará a aberto ao público para visitação.

A proposta de criação de um Centro de Memória e Cultura surgiu em 2004, com a instituição da Comissão Permanente do Projeto Memória da Justiça do Trabalho, recomposta ano passado e que tem como presidente o corregedor e vice-presidente do TRT, desembargador Gerson de Oliveira Costa Filho. O magistrado esclarece que a comissão é responsável pela coleta, tratamento, organização e classificação do acervo documental do Centro de Memória. É composta por servidores com formação nas áreas de História, Jornalismo, Biblioteconomia, Serviço Social e Letras, especialistas em gestão documental, consultoria organizacional e com experiência em docência universitária.

O doutorando em Políticas Públicas e um dos coordenadores da comissão, Paulo Rios, diz que ao criar o Centro, o TRT procura preservar a memória trabalhista no Maranhão. "Além de ser a história do Poder Judiciário é também a de milhares de trabalhadores que, ao longo desses quase 68 anos de Justiça do Trabalho no Estado, ingressaram com ações trabalhistas", acrescenta.

PROCESSOS

Antes de 1989, quando foi instalado o TRT-MA, o Maranhão estava sob a jurisdição do TRT do Ceará e, bem antes, era um ramo administrativo do serviço público federal, ligado ao antigo Ministério da Indústria e do Comércio, transformando-se mais tarde em Justiça do Trabalho, passando a integrar o Poder Judiciário, com a Constituição Federal de 1946.

CENTRO DE MEMÓRIA E CULTURA SERÁ INSTALADO NO PRÉDIO DA JUSTIÇA DO TRABALHO, TOMBADO PELO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, NA PRAÇA DEODORO



PRÉDIO DA JUSTIÇA DO TRABALHO, PRÉDIO ONDE SERÁ INSTALADO O CENTRO QUE ABRIGARÁ DOCUMENTOS HISTÓRICOS E MÓVEIS ANTIGOS

O primeiro processo trabalhista de que se tem notícia no Maranhão, e que foi resgatado pelo Projeto Memória, é de outubro de 1939. Trata-se de uma reclamação proposta pelo Sindicato de Operários Metalúrgicos de São Luís em favor do maquinista da Fábrica Albertina, Fabrício Martiniano dos Santos, contra a firma Chames Aboud e Cia. No processo, o operário, então demitido, reclamava pagamento de férias e de 886 horas de serviços extraordinários. Dois anos depois, a ação foi julgada, e o pedido considerado procedente em parte, pois a Justiça considerou apenas o direito ao pagamento das férias.

A comissão fez levantamento de fontes orais e de documentos históricos, no Maranhão e no TRT do Ceará, ouvindo ex-magistrados e antigos servidores, além de pesquisas em bibliotecas e arquivos públicos. Na Biblioteca Pública Benedito Leite, em São Luís, foram encontrados exemplares antigos de jornais locais. O extinto O Globo, edição de maio de 1941, traz uma reportagem sobre a posse do primeiro juiz trabalhista do Maranhão, César Pires Chaves, na 1ª Junta de Conciliação e Julgamento, na rua Osvaldo Cruz, no mesmo prédio da Delegacia Regional do Trabalho.

CONCURSO

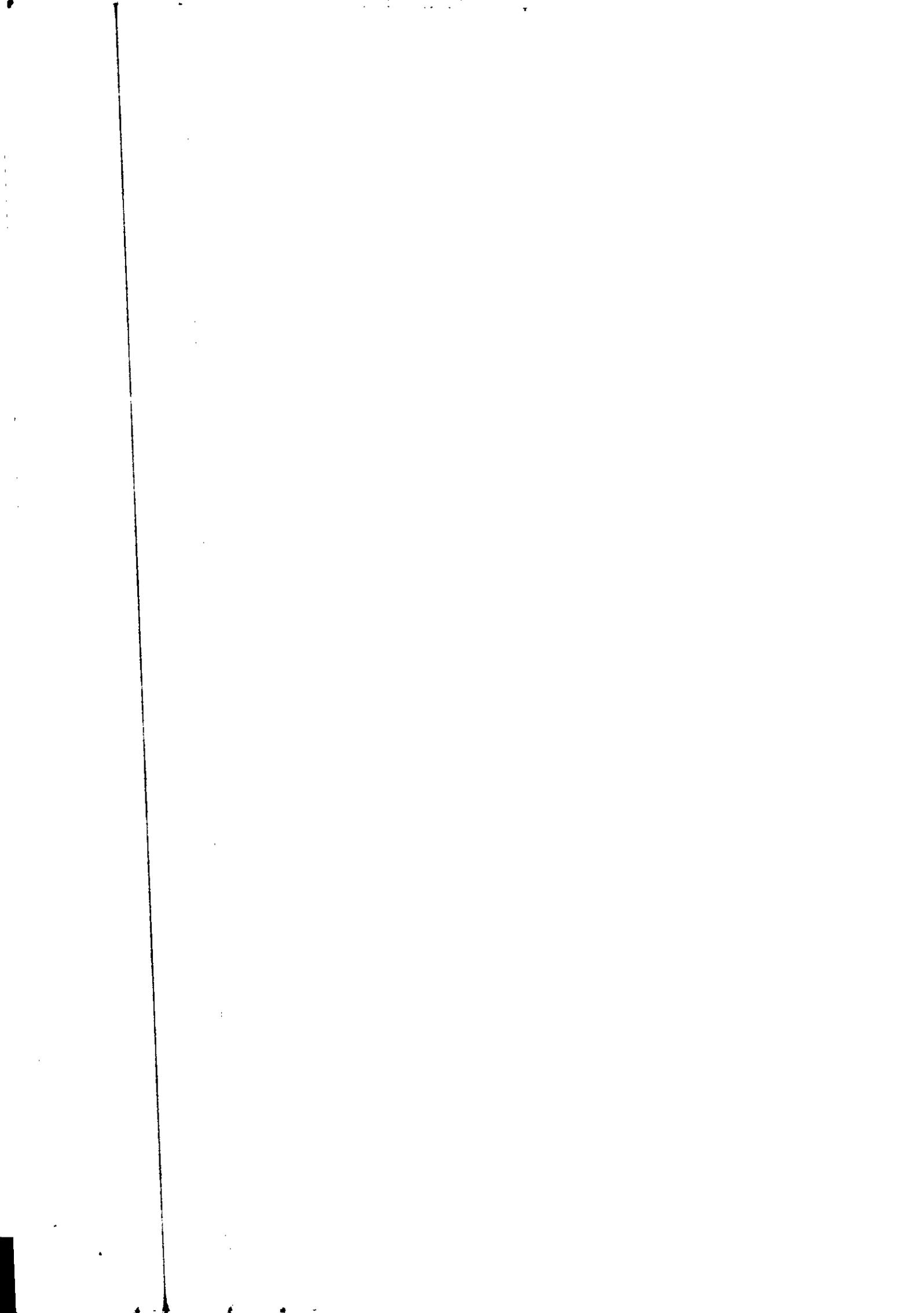
Para estimular pesquisas que contribuam para o resgate da história da JT no estado, o Tribunal está realizando o II Concurso de Monografia, com premiações de

R\$ 4 mil, R\$ 3 mil e R\$ 2 mil para o primeiro, segundo e terceiro lugares, respectivamente.

O concurso é destinado a universitários de cursos das áreas de ciências humanas e sociais de instituições de ensino superior do Maranhão e a profissionais (bacharelado e licenciatura) com até três anos de graduados. As inscrições são gratuitas. A entrega de monografias foi iniciada ontem e prosseguirá até 16 de maio deste ano. Para obter o regulamento do concurso e se inscrever, basta acessar o site www.trt16.gov.br. O formulário de inscrição preenchido e a monografia devem ser entregues pessoalmente ou via Correios, no Serviço de Comunicação do TRT (avenida Senador Vitorino Freire, nº 2001, 5º andar, Areinha, CEP: 65010-650, São Luís-MA). O candidato deve optar por um dos temas: *A História da Justiça do Trabalho no Maranhão* ou *Poder Judiciário e Responsabilidade Social*. Outras informações podem ser obtidas pelos telefones 3218-9307 e 3221-1967.

A presidente do TRT-MA, desembargadora Kátia Magalhães Arruda, explica que o concurso, que homenageia o Juiz Manuel Alfredo Martins e Rocha (*in memoriam*), é um incentivo da instituição aos estudantes e pesquisadores para o desenvolvimento de trabalhos acadêmicos que possam contribuir para aprofundar o conhecimento sobre os temas propostos. Também ajudará no resgate e preservação da história da Justiça do Trabalho no Maranhão.





Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

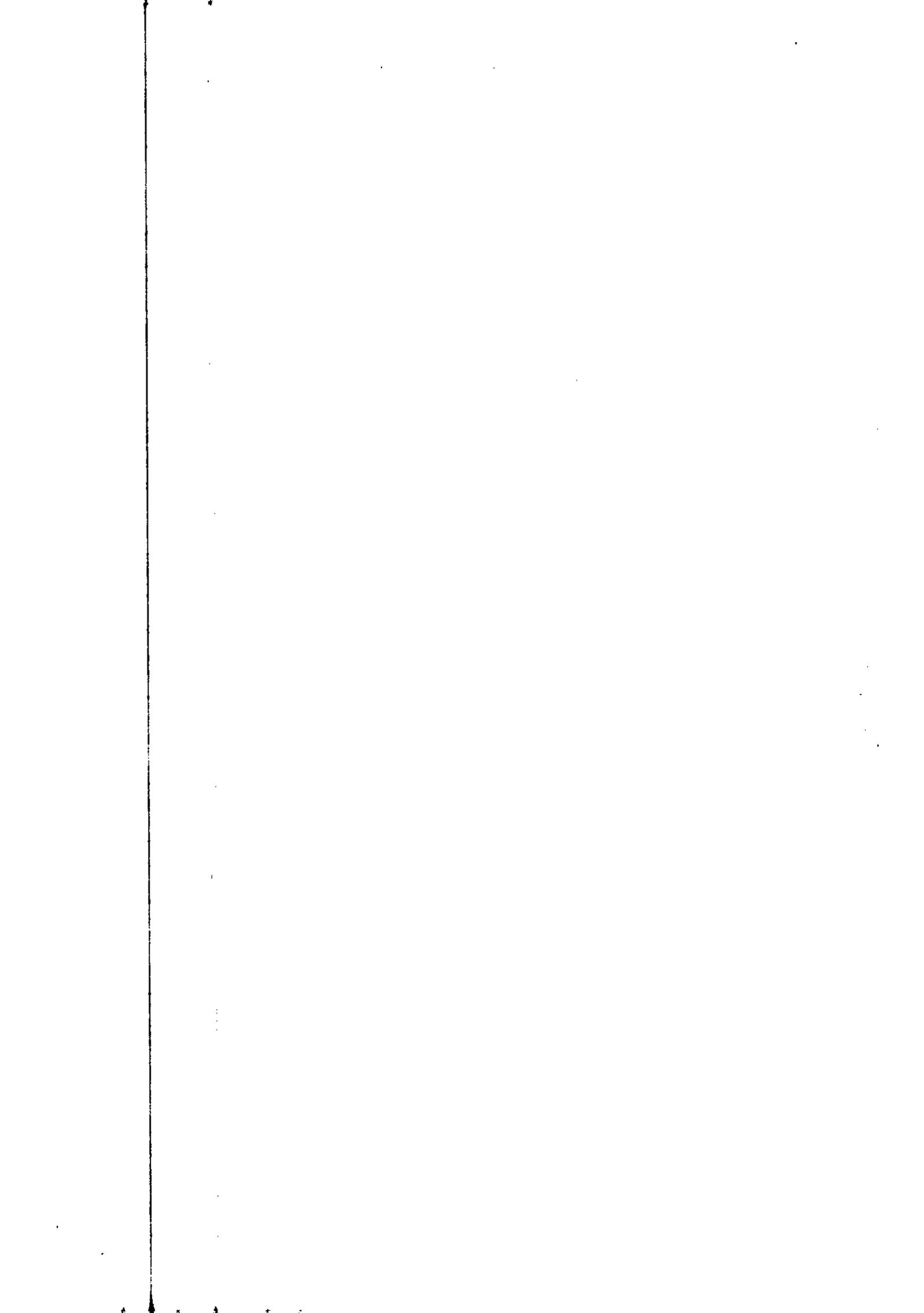
Por ser verdade, DOU FÉ.

Sala de Sessões. São Luís, 18/ abril/ 2007.

ÉLEN DOSREISA. B. DE BRITO
Secretária do Tribunal Pleno

*Republicar por incorreção

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELA SERVIDORA EDVANIA KATIA SOUSA SILVA (Lei 11.419/2006)
EM 15/09/2014 17:35:50 (Hora Local) - Autenticação da Assinatura: 88D02D4652.B2D8DEFD9E.8EC29D8861.4256C9BB8D4



RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA (tomando o nº 061/ 2007):

Art. 1º - Fica instituído o Centro de Memória e Cultura (CEMOC) do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região.

Parágrafo Único – O Centro de Memória e Cultura constituir-se em Unidade subordinada à Secretaria Geral da Presidência.

Art. 2º - O Centro de Memória e Cultura tem como finalidades:

a) Realizar a coleta, tratamento, organização, classificação, guarda, conservação e preservação do acervo documental independente do suporte, compreendendo processos, periódicos, fotos, quadros, móveis e equipamentos antigos, indumentárias, efígies, brasões, medalhas, vídeos, destacando o seu papel social no cenário maranhense;

b) Facilitar a disseminação dos documentos e objetos definidos como de guarda permanente, assim como outros registros de reconhecido valor histórico, probatório e informativo nos termos das Resoluções Administrativas nºs 002/ 2005 e 003/ 2005;

c) Criar um espaço multicultural objetivando a promoção de exposições permanentes e temporárias (artes plásticas, esculturas, multimídia), lançamento de livros, palestras, mostras itinerantes, visitas guiadas dentre outros eventos;

d) Promover intercâmbio com instituições de caráter técnico-científico para atendimento a pesquisadores, estudantes e ao público em geral;

e) Implementar o Programa Permanente de História Oral, registrando a memória das experiências vividas por magistrados, servidores, membros do Ministério Público, advogados, partes litigantes e juízes classistas.

§ 1º - O Centro de Memória e Cultura terá suas atividades regulamentadas por Ato da Presidência desta Corte a partir de critérios que definirão a historicidade do acervo, as normas de guarda e conservação, dentre outros aspectos pertinentes.

PA. 353/ 2007

010
GPI

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 061/ 2007

O egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Décima Sexta Região, em Sessão Ordinária, hoje realizada, na presença dos Exmos(as). Srs(as). Desembargadores(as) Gerson de Oliveira Costa Filho (Vice-Presidente, no exercício da Presidência), Alcebíades Tavares Dantas, Américo Bedê Freire, Márcia Andrea Farias da Silva, Ilka Esdra Silva Araújo, James Magno Araújo Farias (Juiz Convocado), Noélia Maria Cavalcanti Martins e Rocha (Juíza Convocada), Ana Lygiam de Sousa Lustosa (Juíza Convocada) e do representante do Ministério Público, o Exmo. Sr. Marco Antônio Sevidanes da Matta,

Considerando que a Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, no uso de suas atribuições legais e regimentais, nos termos da Resolução Administrativa nº 042/ 2004, instituiu o Projeto "Memória da Justiça do Trabalho do Maranhão";

Considerando a necessidade de preservar a memória nacional, notadamente a que está relacionada com a história da Justiça do Trabalho do Maranhão;

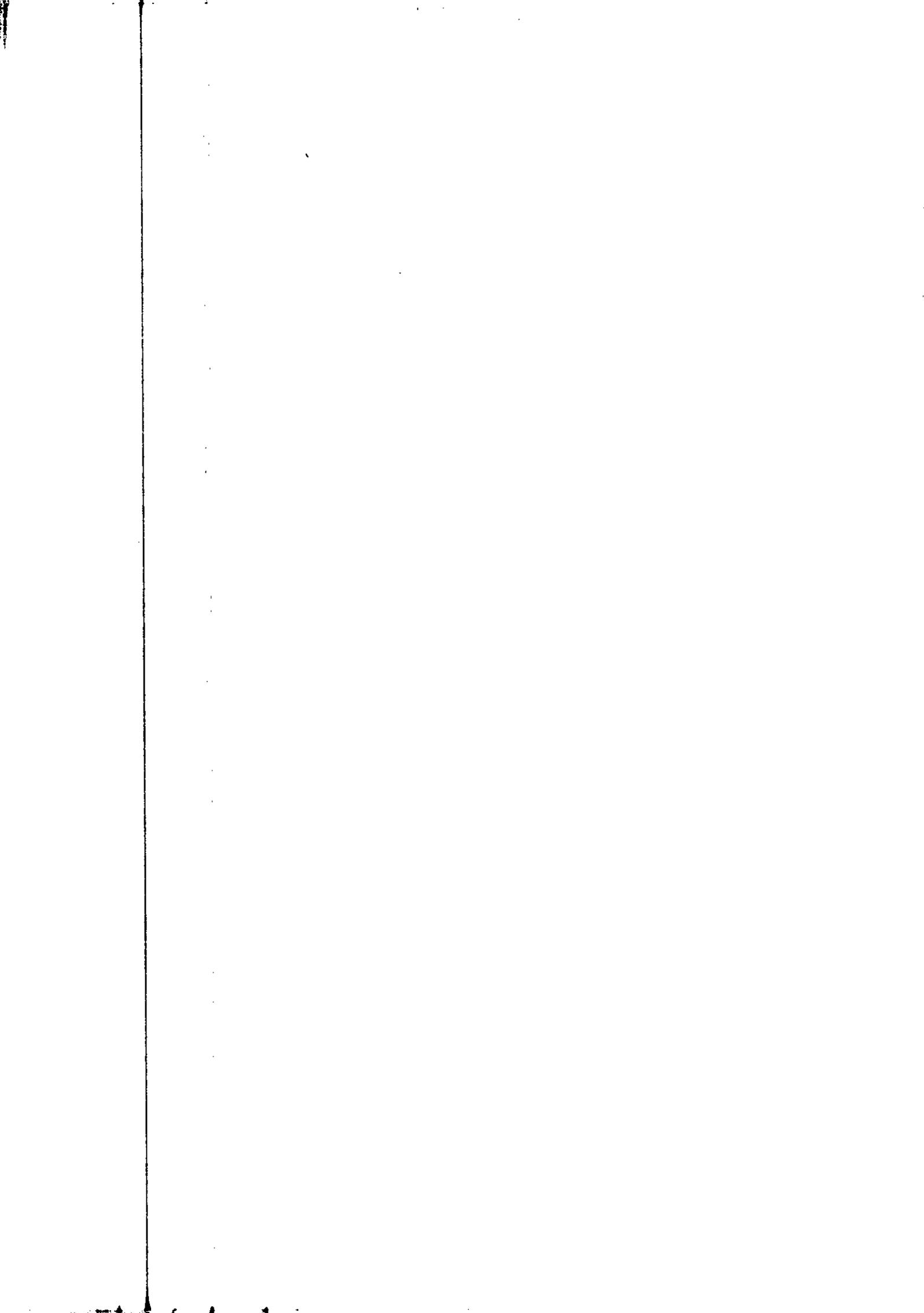
Considerando que parte significativa da memória de uma sociedade reflete-se nos seus atos jurídico-institucionais, como registros das interações sociais entre seus agentes;

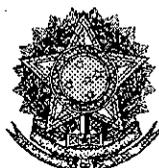
Considerando a necessidade de se preservar a memória trabalhista no Estado, na qual se insere a história deste Tribunal;

Considerando que a Justiça do Trabalho, em todos os seus âmbitos, vem desenvolvendo projetos de recuperação da memória.

RESOLVE, por unanimidade de votos, baixar a seguinte

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELA SERVIDORA EDVANIA KÁTIA SOUSA SILVA (Lei 11.419/2006)
EM 15/09/2014 17:35:50 (Hora Local) - Autenticação da Assinatura: 88D02D4652.B2D8DEFD9E.8EC29D9861.4256C9BBD4





Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região
PORTARIA G. P. Nº 496/06 São Luís, 05 de setembro de 2006.

A DESEMBARGADORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO o que determina a Resolução Administrativa nº 042/2004, publicada no Diário da Justiça de 24.05.2004, que institui a Comissão Permanente do Projeto “Memória da Justiça do Trabalho”;

RESOLVE

1 – Tornar sem efeito a Portaria GP nº 250/05, datada de 30 de maio de 2005, tomando a mesma o seguinte texto:

2 - Designar os servidores CARLOS MAGNO DE RESENDE, EDVÂNIA KÁTIA SOUSA SILVA, IRACILDA PEREIRA DE MELO, LUIZ ANTONIO MORAES PIRES, MARIA SUELY CAVALCANTE PINTO, MARIA ELISABETE DE SOUSA BARBOSA, PAULO ROBERTO RIOS RIBEIRO, RAIMUNDA NONATA ARAÚJO TEIXEIRA, ROSELY BELO RIBEIRO VIEIRA E WAGNER CAMPOS SANTOS, para integrarem a Comissão Permanente do Projeto Memória da Justiça do Trabalho.

3 - Indicar os servidores EDVÂNIA KÁTIA SOUSA SILVA e PAULO ROBERTO RIOS RIBEIRO para coordenarem o supramencionado projeto, o qual será presidido pelo Excelentíssimo Senhor Desembargador GERSON DE OLIVEIRA COSTA FILHO, Vice-Presidente e Corregedor deste Tribunal.

Dê-se ciência.
Publique-se no Boletim Interno Eletrônico.

KÁTIA MAGALHÃES ARRUDA

No dia 19 de outubro de 2006 ocorre nova reunião com a presidente do TRT 16ª Região, desembargadora Kátia Magalhães Arruda, onde foram apresentados os trabalhos realizados nos meses de agosto, setembro e outubro de 2006. Foi apresentado o relatório da visita feita ao TRT da 7ª Região (Ceará) e solicitada a instalação do Memorial do TRT da 16ª Região no 4º andar do prédio-sede.

No dia 23 de outubro de 2006, os integrantes da Comissão Permanente da Memória encaminharam exposição de motivos à Presidência do TRT solicitando autorização para instalação provisória do Memorial do TRT da 16ª Região no 4º andar do prédio-sede até a instalação da sede definitiva no prédio da Praça Deodoro, conforme definido em reuniões da comissão e com a presidência da comissão e presidência do TRT. Recebendo a autorização da Presidência, a comissão deu início aos procedimentos administrativos necessários com vistas à instalação da sede provisória do Memorial. Faço anexar memorandos relativos às solicitações.

São Luís (MA), 31 de outubro de 2006.



Edvânia Kátia Sousa Silva
Técnico Judiciário

Em 18 de setembro de 2006, conforme ATA 005, os servidores Luiz Pires e Wagner Costa Campos voltaram a se reunir para tratar de visita ao Centro Educacional e Profissionalizante do Maranhão a fim de recuperar bens doados como inservíveis.

Em 19 de setembro de 2006, conforme ATA 006, a comissão voltou a se reunir onde foram informadas as visitas feitas a instituições para recuperação de bens materiais anteriormente doados, andamento do Programa de História Oral e atividades de instalação do memorial. Também ficou deliberado pelos membros da comissão a distribuição das atas de reunião para fins de documentação a todos que a integram.

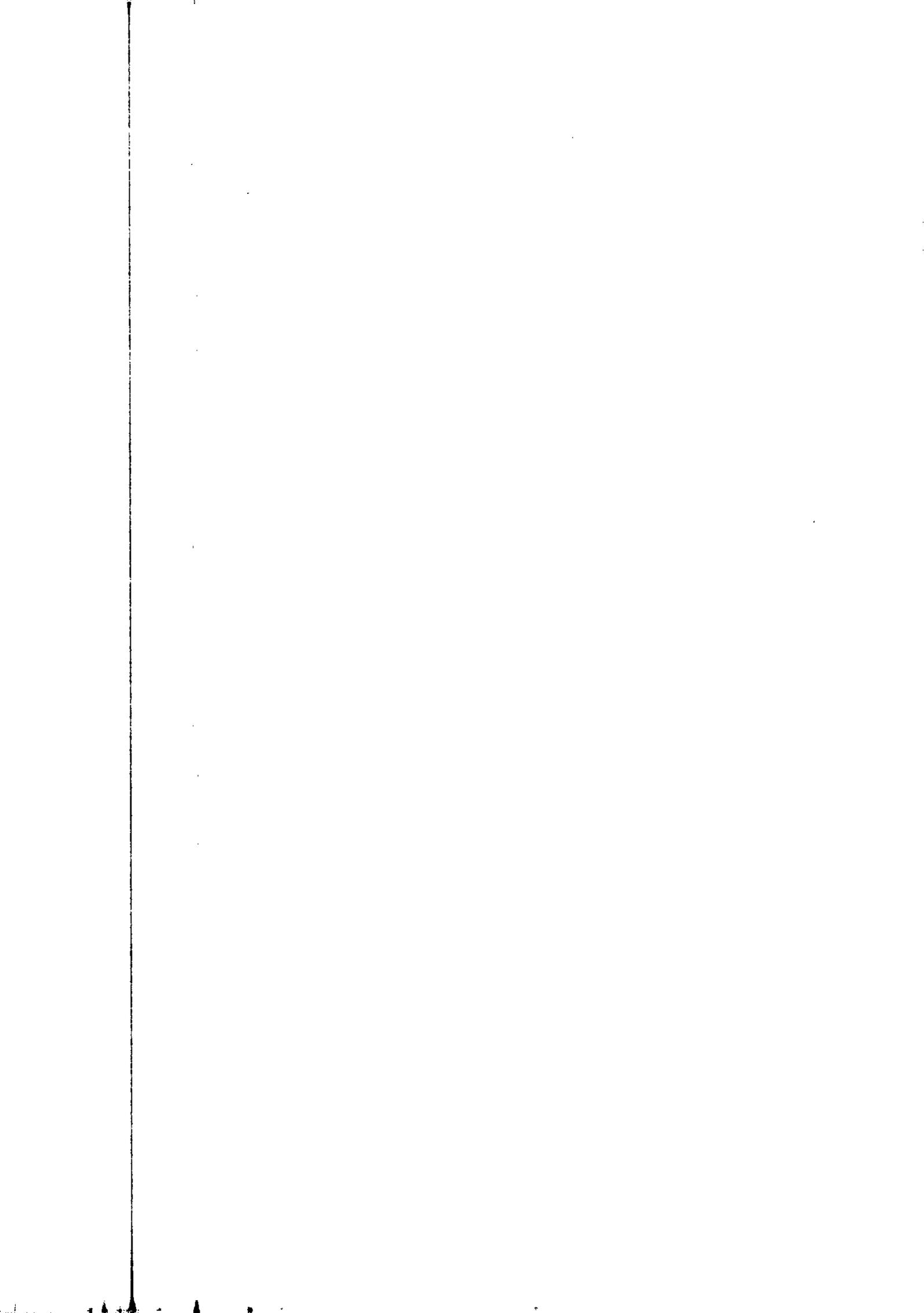
No dia 26 de setembro de 2006, conforme ATA 007, a comissão reuniu-se onde foi tratada da viagem ao TRT da 7ª Região, o início das pesquisas sobre a origem do prédio das varas trabalhistas na praça Deodoro, e foram distribuídas as atividades dos membros da comissão.

No dia 05 de outubro de 2006, conforme ATA 008, a comissão reuniu-se com representante do Serviço de Engenharia para tratar da concepção do espaço físico para funcionamento do Memorial.

Memorando nº 001/2006 da Comissão Permanente da Memória, datado de 05 de outubro de 2006, assinado pelos coordenadores da Comissão Permanente da Memória da Justiça do Trabalho do Maranhão, Edvânia Kátia Sousa Silva e Paulo Roberto Rios Ribeiro, solicita ao Serviço de Engenharia o desenvolvimento de Projeto Arquitetônico para guarda dos bens materiais localizados durante as pesquisas de recuperação do acervo histórico.

De 10 a 12 de outubro de 2006, os servidores Paulo Roberto Rios Ribeiro e Luiz Pires visitaram o Memorial do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região (Ceará), de onde as varas trabalhistas do Maranhão eram oriundas quando da criação da Justiça do Trabalho. Foi doado ao TRT da 16ª Região "peças originais de processos judiciais e administrativos alusivos aos anos de 1939 e 1942", conforme consta do Relatório.

No dia 16 de outubro de 2006, conforme ATA 009, a comissão reuniu-se para discutir sobre a inauguração do memorial, que inicialmente estava previsto para ser inaugurado no mês de outubro durante as comemorações da Semana do Servidor. Também foi debatido sobre o espaço físico, tendo inicialmente sido pensado o mezanino próximo ao auditório, mas depois optou a comissão, por questões de segurança, por uma sala no 4º andar do prédio-sede onde funciona a sede da Amatra XVI.



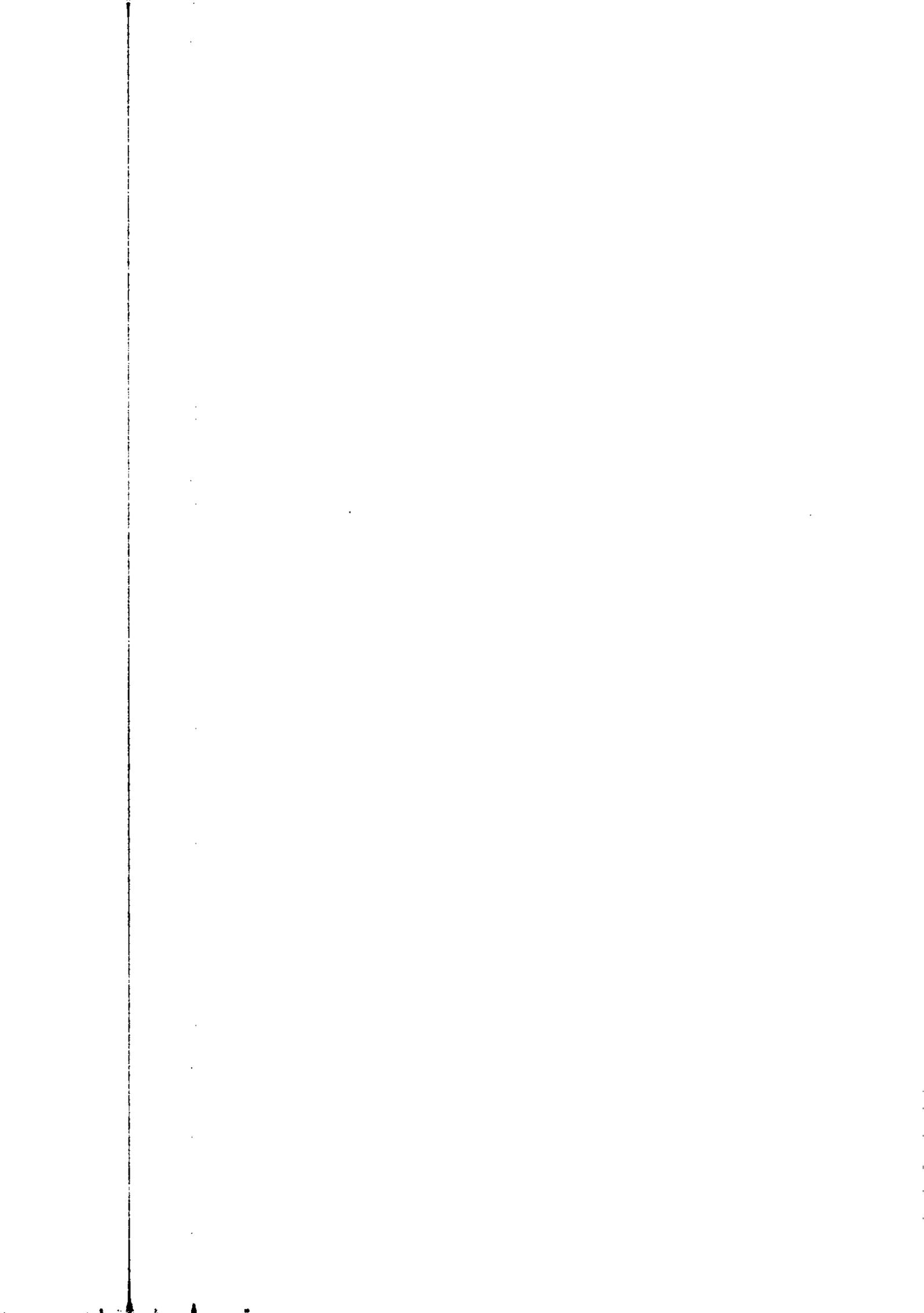
No dia 24 de agosto de 2006, conforme ATA 001, a então presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, desembargadora Kátia Magalhães Arruda, convoca o presidente da Comissão e vice-presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, desembargador Gerson de Oliveira Costa Filho, para discutir sobre o projeto. O desembargador Gerson de Oliveira reapresenta a proposta de criação do Memorial da Justiça do Trabalho, em uma reunião da qual participaram com ele os servidores e Edvânia Kátia Sousa Silva, Carlos Magno Resende e Iracilda Pereira de Melo. Na reunião, o Serviço de Comunicação ficou de apresentar proposta para a realização do II Concurso de Monografia da Justiça do Trabalho do Maranhão, ação integrante do projeto. Na reunião ficou também definida a nomeação de nova comissão.

A segunda reunião veio a ocorrer em 04 de setembro de 2006, conforme ATA 002, onde foi apresentados os primeiros levantamentos e debatido sobre o espaço físico para abrigar o Memorial e sugerida nova composição para a comissão.

No dia 05 de setembro de 2006, foi publicada Portaria G.P. 496/2006 com os nomes dos novos membros da comissão.

Em 12 de setembro de 2006, conforme ata 003, o servidor Luiz Pires reuniu-se com o servidor Wagner Campos para deliberar sobre visita a entidades que receberam materiais permanentes do TRT, entre elas o Centro São José Operário, na Cidade Operária, bem como recuperação de bens localizados no prédio-sede do TRT.

Em 14 de setembro de 2006, conforme ata 004, em nova reunião, foi determinado que a coordenação da comissão seria de responsabilidade da servidora Edvânia Kátia Sousa Silva, lotada no Serviço de Comunicação Social. Foi delegado ao servidor Paulo Roberto Rios Ribeiro as atividades do Programa de História Oral e levantamento histórico de documentos. Também foi apontada necessidade de visitar o Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região. Ficou demarcado o dia 18 de setembro de 2006 para início das atividades do Programa de História Oral com a coleta de depoimentos da servidora Maria da Conceição Ramos. O presidente da Comissão, desembargador Gerson de Oliveira Costa Filho informou que solicitaria à Presidente desembargadora Kátia Magalhães Arruda solicitação de ida da Comissão ao TRT da 7ª Região, ao qual era vinculado o TRT da 16ª Região até o ano de 1989.



"Memória da Justiça do Trabalho", conforme consta da Resolução Administrativa nº 042/2004. Participaram desta sessão os desembargadores Alcebiades Tavares Dantas, Gerson de Oliveira Costa Filho e Márcia Andréa Farias da Silva e os juizes convocados Luiz Cosmo da Silva Júnior e James Magno Araújo Farias, bem como o representante do Ministério Público do Trabalho, Celso Henrique Rodrigues Fortes.

Por meio da Resolução Administrativa nº 043/2004, de 19 de maio de 2004, publicada no Diário Oficial da União em 24 de maio de 2004, foi indicado o desembargador Gerson de Oliveira Costa Filho para coordenar a Comissão Permanente do Projeto Memória da Justiça do Trabalho.

Em 30 de maio de 2005, por meio da portaria GP 250/2005, o então presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, desembargador José Evandro de Souza, nomeou os servidores Ana Paula Novaes da Silva, Carlos Magno Resende, Edvânia Kátia Sousa Silva, Iracilda Pereira de Melo, Jeanne Adler Fonseca, Maria Suely Cavalcante Pinto, Maria Elisabete de Sousa Barbosa, Rosely Belo Ribeiro Vieira, Sofia Lorença de Menezes e Wagner Campos Santos para integrarem a Comissão Permanente do Projeto Memória da Justiça do Trabalho.

DOU SEGUIMENTO ao processo, informando que no período de maio de 2005, logo após a nomeação dos membros integrantes da Comissão Permanente do Projeto Memória (Portaria GP 250/2005) a Comissão passou a se reunir com o desembargador Gerson de Oliveira Costa Filho, entretanto, a falta de recursos financeiros disponíveis para a execução do projeto e a não disponibilidade de recursos humanos, tendo em vista os integrantes da Comissão estarem envolvidos em outras ações na instituição, terminou por prejudicar suas atividades, uma vez que o trabalho de recuperação da memória requeria pesquisa minuciosa e levantamento de bens materiais e imateriais em várias fontes, não tendo os servidores indicados para a comissão disponibilidade de tempo para o desenvolvimento de tais atividades. Entretanto, a comissão elaborou um calendário mínimo de atividades para o início dos trabalhos, tendo sido apresentadas as sugestões ao desembargador Gerson de Oliveira Costa Filho, que entendeu ser necessário uma reunião com a presidente do TRT 16 Região, devidamente solicitada conforme E-mail 001/2006.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região
Serviço de Comunicação Social

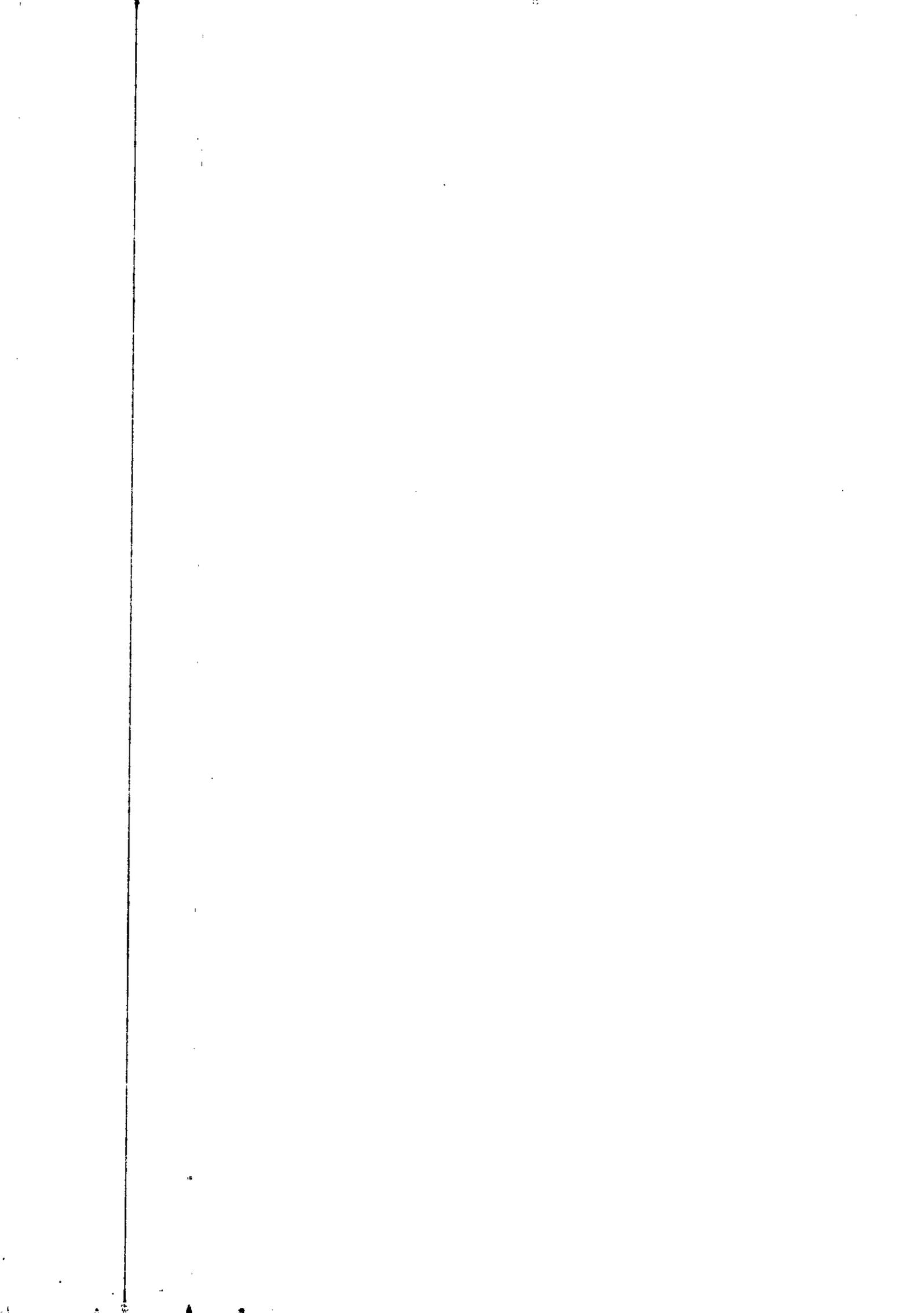
CERTIDÃO

Em face à nomeação para a coordenação da Comissão Permanente do Projeto Memória da Justiça do Trabalho, conforme Portaria GP 496/2006, de 05 de setembro de 2006, faço dar andamento ao processo 1628/99, de 22 de novembro de 1999, cujo último despacho da Presidência data de 07 de fevereiro de 2000, assinado pelo assessor da presidência, Sérgio Martins de Araújo.

Destaco que desde a sua abertura em 1999 até o ano de 2004 não foi possível dar andamento ao processo, tendo em vista a falta de verbas, de recursos humanos e de estrutura física para o desempenho das atividades. Passo a fazer o relato da implantação da Comissão Permanente do Projeto Memória da Justiça do Trabalho, o que veio resultar posteriormente na criação do Centro de Memória e Cultura da Justiça do Trabalho do Maranhão, no ano de 2007.

Conforme Certidão fls. 51, as atividades foram retomadas durante as comemorações dos 15 anos de instalação do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, ocorridas na gestão do desembargador José Evandro de Souza. Entre as atividades realizadas houve a homenagem póstuma a Astolfo Serra, condecorado com a Comenda da Ordem Timbira, a instalação da Galeria dos Ex-Presidentes, a edição da Revista dos 15 anos do TRT.

Em face a esse momento histórico, ainda no mês das comemorações dos 15 anos, o Tribunal Pleno do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, na sessão do dia 19 de maio de 2004, por proposição do desembargador Gerson de Oliveira Costa Filho, resolveu instituir, por unanimidade de votos, a Comissão Permanente do projeto





U7
cessada 11

Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região
PORTARIA G. P. Nº 250/05 **São Luís, 30 de maio de 2005.**

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO o que cetermina a Resolução Administrativa nº 042/2004, publicada no Diário da Justiça de 24.05.2004, que institui a Comissão Permanente do Projeto "Memória da Justiça do Trabalho";

CONSIDERANDO o teor da Resolução Administrativa nº 043/2004, publicada no Diário da Justiça de 24.05.2004, que indica o Desembargador Gerson de Oliveira Costa Filho para coordenar o projeto;

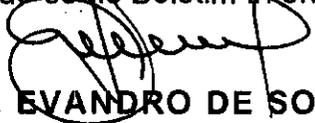
R E S O L V E

Nomear os servidores abaixo relacionados para integrarem a Comissão Permanente do Projeto Memória da Justiça do Trabalho:

- Ana Paula Novaes da Silva;
- Carlos Magno de Resende;
- Edvânia Kátia Sousa Silva;
- Iracilda Pereira de Melo;
- Jeanne Adler Fonseca;
- Maria Suely Cavalcante Pinto;
- Maria Elisabete de Sousa Barbosa;
- Rosely Belo Ribeiro Vieira;
- Sofia Lorença de Menezes;
- Wagner Campos Santos.

Dê-se ciência.

Publique-se no Boletim Internc. Eletrônico.


JOSÉ EVANDRO DE SOUZA

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 043/2004

O egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Décima Sexta Região, em Sessão Ordinária, hoje realizada, na presença dos Exmos(as). Srs(as). Desembargadores(as) Alcebiades Tavares Dantas (No exercício eventual da Presidência), Américo Bedê Freire, Gerson de Oliveira Costa Filho (sem voto), Márcia Andrea Farias da Silva, Luiz Cosmo da Silva Júnior (Juiz Convocado), James Magno Araújo Farias (Juiz Convocado), e do representante do Ministério Público o Exmo. Sr. Dr. Celso Henrique Rodrigues Fortes,

Considerando o disposto na Resolução Administrativa nº 042/2004, que dispõe sobre a instituição da Comissão Permanente do projeto "Memória da Justiça do Trabalho, e determina que seja indicado por esta Corte um desembargador para coordenar os trabalhos;

RESOLVE, por unanimidade de votos, baixar a seguinte RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA (tomando o nº 043/2004):

"Art. 1º - Indicar o Desembargador GERSON DE OLIVEIRA COSTA FILHO para coordenar o projeto".

Por ser verdade, DOU FÉ.

Sala de Sessões. São Luís, 19/maio/2004.

ÉLEN DOS REIS A B. DE BRITO
Secretária do Tribunal Pleno

60
use

TRT
16ª
REGIÃO

Art. 3º - A coordenação geral do projeto será desempenhada por um desembargador indicado pelo Tribunal Pleno, por meio de Resolução Administrativa;

Art. 4º - A Secretaria Executiva do projeto será desempenhada por um servidor indicado pelo Presidente da Comissão e nomeado pelo Presidente deste Regional, por ato GP;

Art. 5º - A Comissão funcionará em uma sala do Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão, em horário e dias determinados pelo presidente da Comissão".

Por ser verdade, DOU FÉ.

Sala de Sessões. São Luís, 19/maio/2004.

ÉLEN DOS REIS A. B. DE BRITO
Secretária do Tribunal Pleno

Publicado no Diário da Justiça de

= 24/05/2004 =

Em, 04 de 06 de 04

SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO

*

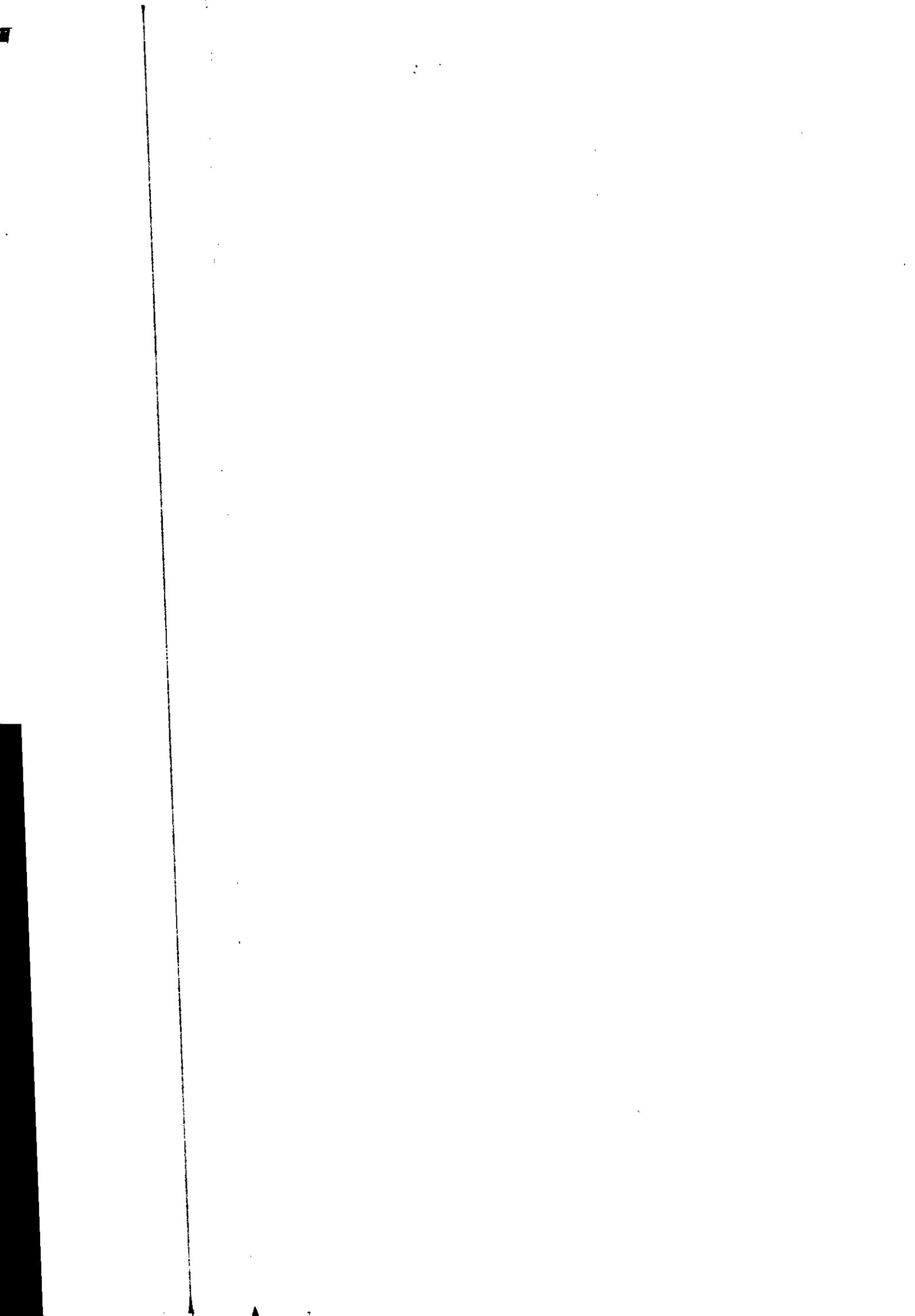
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA

Nº 042/2004

O egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Décima Sexta Região, em Sessão Ordinária, hoje realizada, na presença dos Exmos(as). Srs(as). Desembargadores(as) Alcebiades Tavares Dantas (No exercício eventual da Presidência), Américo Bedê Freire, Gerson de Oliveira Costa Filho, Márcia Andrea Farias da Silva, Luiz Cosmo da Silva Júnior (Juiz Convocado), James Magno Araújo Farias (Juiz Convocado), e do representante do Ministério Público o Exmo. Sr. Dr. Celso Henrique Rodrigues

59



MEMÓRIA

De volta ao Maranhão

Acervo do escritor maranhense e ex-ministro Astolfo Serra será doado ao TRT-MA

O acervo pessoal do escritor maranhense e ex-ministro do Tribunal Superior do Trabalho Astolfo Serra será doado ao Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão e à Academia Maranhense de Letras.

Esse foi o interesse manifestado por Carlos Alberto Nogueira Serra, 49 anos, filho mais novo de Astolfo Serra. Servidor da Vara do Trabalho de Juiz de Fora (MG), Carlos Serra fez, no último dia 11 de julho, uma visita de cortesia ao presidente do TRT-MA, desembargador José Evandro de Souza.

O presidente José Evandro disse que o Tribunal sente honrado em receber o acervo do ex-ministro que passará a ser de domínio pú-



Presidente José Evandro recebeu Carlos Serra, filho de Astolfo Serra

blico. Ele destacou ainda a importância histórica de Astolfo Serra para o Maranhão e o Judiciário.

Astolfo Serra, que faleceu

no Rio de Janeiro no dia 4 de fevereiro de 1978, dá nome ao Fórum da Justiça do Trabalho que abriga as quatro Varas do Trabalho de São Luís.

Quem foi Astolfo Serra

Astolfo Serra nasceu no hoje município de Matinha (MA), no dia 22 de maio de 1900. Foi jornalista, padre, poeta e reconhecido como um grande orador de sua época.

Segundo o professor Sebastião Moreira Duarte, Astolfo Serra se tornou padre aos 23 anos de idade. Revolucionário, ele participou da Coluna Prestes no Maranhão. O primeiro contato foi no povoado Picos, hoje o município Colinas, para onde o padre havia sido segregado por determinação da igreja que não compartilhava das mesmas

idéias dele.

Ele seguiu a carreira pública e foi nomeado interventor federal do Maranhão, aos 30 anos. Mais tarde, foi nomeado ministro do TST, chegando a ocupar a presidência em 1964.

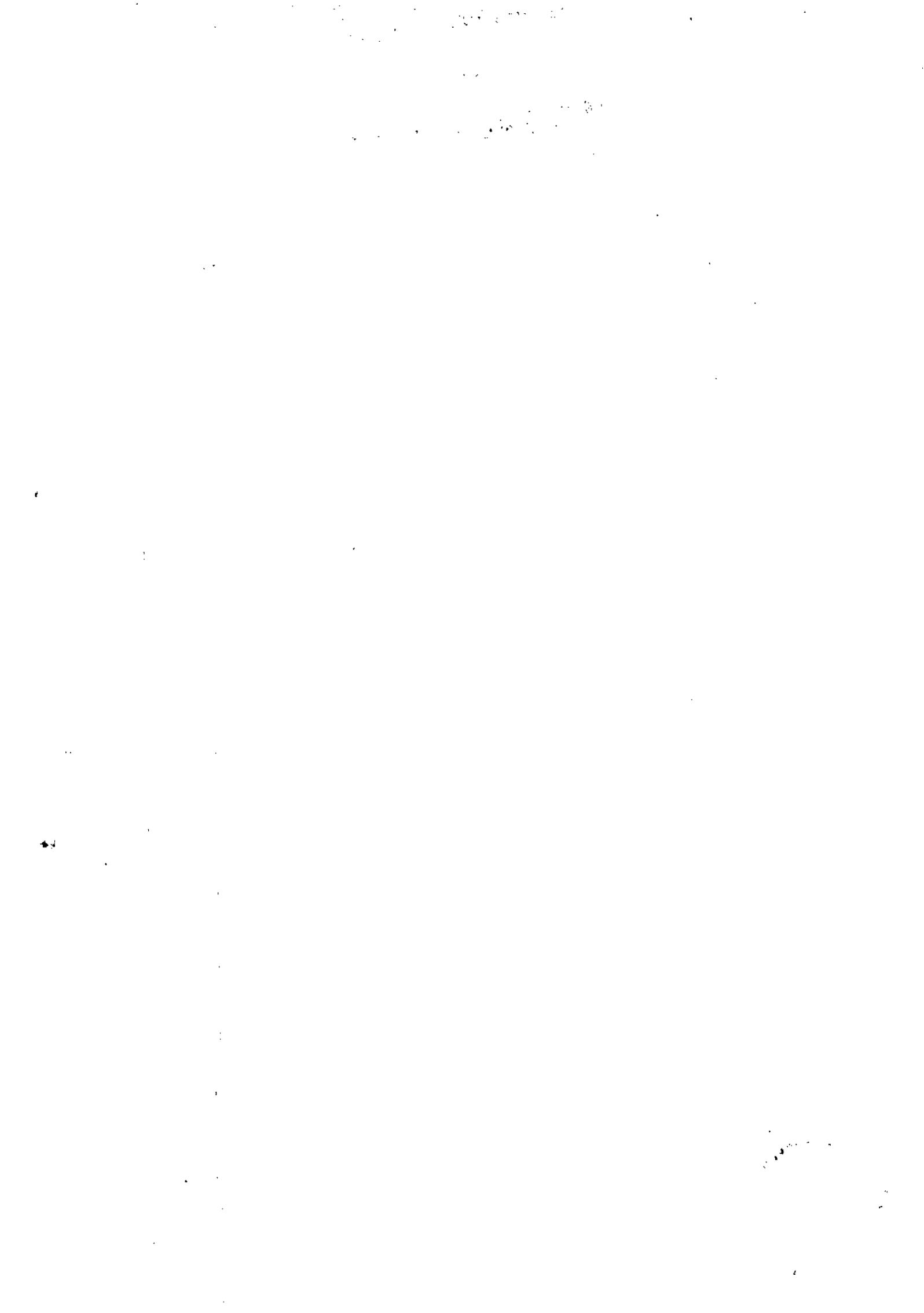
Foi presidente da Academia Maranhense de Letras ocupando a cadeira de número 18, sucedendo a Clodoaldo de Freitas, que tem como fundador Sousa Andrade.

ABALAIADA

Uma das mais importantes obras de Astolfo Serra está pronta para a impressão, na

editora Siciliano. "A Balaiada" integrará a coleção Maranhão Sempre, coordenada pelo pesquisador e membro da Academia Maranhense de Letras, Sebastião Moreira Duarte.

A obra analisa o movimento dos balaaios ocorrido em 1930 no Maranhão. De acordo com Sebastião Duarte, Astolfo Serra defende os mentores da Balaiada e apresenta-os como defensores das camadas mais marginalizadas da sociedade. "É uma obra imprescindível para se retratar a compreensão interpretativa do movimento", diz Sebastião Duarte.



MEMÓRIA

HISTÓRIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Projeto prevê recuperação de fatos que marcaram época

Preservar a memória da Justiça do Trabalho no Maranhão, contribuir para o fortalecimento da sua imagem e aproximá-la da comunidade são os principais objetivos da proposta defendida pelo Serviço de Comunicação Social do TRT da 16ª Região no Projeto Memória da Justiça do Trabalho no Maranhão.

A idéia surgiu a partir de uma pesquisa em vários tribunais, inclusive STF, onde foi observado que a preservação da história da Justiça tem sido contada através de peças e documentos históricos, bem guardados nos chamados

Memoriais. Além disso, nos locais onde já funcionam os memoriais tem sido mais fácil organizar programações com a comunidade.

Defensores do projeto querem resgatar peças e documentos que vêm se perdendo desde a instalação da 1ª Junta de Conciliação e Julgamento de São Luís, ainda na Rua Grande-Centro, instalada na década de 40. O resgate não se restringirá só a peças e documentos, mas também a fotografias nos mais diversos setores da instituição e até fora dela, como por exemplo, no TRT da 7ª Região, onde as JCs

do Maranhão eram vinculadas. O Projeto Memória propõe ainda a criação do Memorial da Justiça do Trabalho no Maranhão que poderá ser instalado na antiga sede do Fórum Astolto Serra, localizado em um dos prédios incluídos na área tombada pela Unesco. O prédio faz parte do vasto conjunto arquitetônico que fez de São Luís a quarta cidade histórica brasileira considerada Patrimônio da Humanidade e não poderia existir melhor lugar para sua instalação.

O Memorial poderá ser, então mais um espaço alternativo aberto à visitação daqueles que querem conhecer

um pouco mais da história da nossa cidade.

A proposta está elaborada e já tem até funcionários que se dispõem a colaborar com o projeto.

Considerando a importância do Projeto Memória, o Serviço de Comunicação resolveu contribuir para o resgate da história da Justiça do Trabalho no Maranhão, levando ao conhecimento dos leitores do Parágrafo Único, em todas as suas edições a partir de agora, informações e curiosidades sobre o TRT e as Varas Trabalhistas desde a sua instalação. Para iniciar, começaremos pela GALERIA DOS EX-PRESIDENTES.



Fernando José Cunha Belfort
Biênio: 1989 - 1991

GALERIA DOS EX-PRESIDENTES

A Galeria dos Ex-Presidentes do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região está instalada na Sala de Reunião do Gabinete da Presidência. Foi inaugurada pelo presidente Fernando José Cunha Belfort em 28 de junho de 1991, último dia do mandato do primeiro presidente do TRT/MA



Amélia Branco Bandeira Coelho
Biênio: 1991 - 1993



Alcebiules Tavares Dantas
Biênio: 1993 - 1995



Manuel Alfredo Martins e Rocha
Biênio: 1995 - 1997



Gilvan Chaves de Souza
Biênio: 1997 - 1999

EM BRANCO

Restaurador
Outros



8. Execução do projeto

Comissão de Servidores (Anexo III)/Fase de
implantação

Servidores do quadro e estagiários (Anexo /Fase
depois da inauguração

9. Supervisão do projeto

Comissão de juízes

Serviço de Comunicação Social

10. Coordenação dos trabalhos

Ana Paula Novaes da Silva

Edvânia Kátia Silva de Oliveira

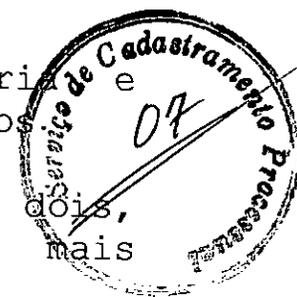
Iracilda Pereira de Melo

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Edvânia Kátia Sousa Silva", followed by a horizontal line.

Edvânia Kátia Sousa Silva
Chefe de Serv. de Comunicação
REGIÃO

EM BRANCO

Equipe de estagiários curso de História e Biblioeconomia para dar ajuda nos trabalhos



Permanente - Servidores do TRT, no mínimo dois, para dar seguimento às atividades, mais estagiários

6.2. Recursos Materiais

Vídeo cassete
Fitas para vídeo
Televisão
Telão
Projektor de slides
Projektor de transparência
Sistema de som
Fitas cassete
Microfones
Computador
Assinatura Internet
Câmera de vídeo VHS
Pastas variadas
Vitrines
Quadros
Álbuns fotográficos
Monstras
Móveis
Esterilizador
Placas
Armários para arquivo
Revistas e jornais
Outros

6.3. Recursos financeiros

Provenientes do orçamento do TRT/MA

7. Pessoal técnico especializado (fase posterior)

Decorador
Cinegrafista
Programador visual
Fotógrafo
Locutor
Produtor de vídeo
Museólogo

BM BRANCO



- **Sala de Exposições**

Exposição produzida pelo Memorial
Exposição de artistas, escultores, etc

- **Sala da Imagem e do Som**

Fitas de vídeo
Fitas cassete

- **Auditório**

5.2. Atividades do Memorial

- **Exposição Itinerante**
Exposição de material produzido pelo próprio Memorial para exposição nas JCJs e outros locais
- **Exposições Temporárias**
- **Exposição Permanente**
- **Lançamento de livros**
- **Programações para comunidade**

5.3. Localização do Memorial

Prédio da Justiça do Trabalho na praça Deodoro, antigo fórum Astolfo Serra, onde funcionaram as quatro Juntas de Conciliação e Julgamento de São Luís por um longo período

6. Recursos para o Projeto Memória

6.1. Recursos Humanos

Temporário - Equipe de servidores da casa, nomeada através de portaria para dar prosseguimento aos trabalhos, cada um em suas áreas específicas (Anexo III)

EM BRANCO

4.4. Classificação de documentos

4.5. Criação do Memorial

- Aprovação do projeto de adaptação do prédio da Rua de Santaninha(planta)
- Licitação para realização da obra de adaptação



5. O Memorial

5.1. Divisão do Memorial

- **Sala dos Documentos**

Documentos Jurídicos
Acórdãos
Sentenças
Relatórios

Documentos Administrativos
Resoluções Administrativas
Termos de Posse
Nomeações
Licitações
Editais

Publicações
Livros
Revistas
Relatórios
Artigos
Notícias
Informativos

- **Sala dos Fatos Memoráveis**

Galeria de Ex-Presidentes TRTs
Galeria Juizes JCJs
Objetos pessoais
Mobiliário
Medalha do Mérito Timbira
Fachada dos fóruns
Outros

EM BRANCO

Aproximar a Justiça do Trabalho da comunidade



3.2. Objetivos específicos

Desenvolver pesquisas que contribuam para formar e manter o acervo

Catalogar peças e documentos para manter à disposição do público

Coordenar e acompanhar os trabalhos de restauração das peças e documentos

Realizar atividades que promovam a integração da Justiça do Trabalho com a comunidade

Manter em funcionamento um calendário mínimo de atividades voltadas para comunidade

Incluir atividades na programação artística, cultural e científica de São Luís e nas cidades onde houver Junta de Conciliação e Julgamento

Sensibilizar a comunidade para a importância da Justiça do Trabalho

Facilitar o acesso ao acervo

Estabelecer intercâmbio com outros órgãos ou instituições que desenvolvam trabalhos nessa área

4. Etapas do Projeto Memória

4.1. Aprovação da R.A de criação do projeto e portaria de nomeação da Comissão que vai trabalhar na coleta de dados

4.2. Lançamento do projeto com inauguração da galeria dos ex-presidentes

4.3. Levantamento de dados

- Bibliografia dos juízes
- Discursos de posses
- Histórico das Juntas
- Posses, nomeações
- Fotografias
- Mobiliário
- Sentenças
- Publicações
- Outros

EM BLANCO

**PROJETO MEMÓRIA DA
JUSTIÇA DO TRABALHO NO MARANHÃO**



1. **Proponente** - Serviço de Comunicação Social

2. Justificativa

Às vésperas do terceiro milênio, a Justiça do Trabalho no Maranhão não possui um Centro de Memória. Peças e documentos vêm se perdendo desde a instalação da 1ª Junta de Conciliação e Julgamento de São Luís, ainda na Rua Grande, na década de 40, por falta do desenvolvimento de um projeto que venha a resgatar todo o acervo histórico. O projeto Memória surge, então, da necessidade de resgatar peças, fotografias, documentos, nos mais diversos setores da instituição e até fora dela, como por exemplo, no TRT da 7ª Região, onde as JCJs do Maranhão eram vinculadas.

Ressalte-se que em vários órgãos do Judiciário no Brasil, inclusive o Judiciário Trabalhista, têm sido várias as iniciativas no sentido de criar os Centros de Memória. **(Anexo I)**

Além do mais a capital maranhense recebeu na Unesco o título de patrimônio da humanidade e nada mais justo que oferecer aos visitantes, dentro do projeto Memória, um Memorial para visitaçãõ. Ainda mais quando o antigo fórum Astolfo Serra, um dos prédios incluídos na área tombada pertence à Justiça do Trabalho no Maranhão.

Preservar a história é garantir, no futuro, a memória das nossas gerações. Assim, sugere-se a instituição do Projeto Memória e a criação do Memorial da Justiça do Trabalho no Maranhão. Anexo minutas de Resoluções Administrativas e Portarias. **(Anexo II a Anexo IX)**

3. Objetivos:

3.1. Objetivos gerais

Preservar a memória da Justiça do Trabalho no Maranhão

Contribuir para fortalecer a imagem da Justiça do Trabalho no Maranhão

EM BRANCO



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região



PROTÓCOLO

00000 NOV 99 22 2 08

PODER JUDICIÁRIO
TRT - 16ª REGIÃO

**SUGESTÃO PARA CRIAÇÃO DO PROJETO MEMÓRIA
DA JUSTIÇA DO TRABALHO NO MARANHÃO E
MEMORIAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO NO
MARANHÃO**

São Luís-MA
1999